

### **ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1 Aos 10 dias do mês de novembro de 2015, às 09h30min, no Auditório do Departamento de  
2 Obras e Rodagens - DER localizado na Av. Duarte da Silveira, S/N, Torre, João Pessoa – PB,  
3 realizou-se a **36ª Reunião Ordinária do CERH**. Na ausência do Presidente do CERH, Sr.  
4 João Azevedo Lins Filho, a reunião foi conduzida pelo Sr. João Fernandes da Silva, Secretário  
5 Executivo deste Conselho, que agradeceu a presença de todos. A Reunião contou com a  
6 presença dos seguintes Conselheiros: Demilson Lemos de Araújo (Suplente **SEDAP**),  
7 Emanuel Lira (Suplente **SES**), Porfírio Catão Cartaxo Loureiro (Titular **AESA**), José Marinho  
8 de Lima (Titular **EMATER**), Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular **DNOCS**), Rodrigo Dutra  
9 Escarião (Suplente **IBAMA**), João Bosco Vieira Marinho (Titular **FAMUP**), Laudízio da Silva  
10 Diniz (Suplente **CAGEPA**), Domingo Lelis Filho (Suplente **FAEPA**), Pedro Jorge Coutinho  
11 Guerra (Suplente as **ASPLAN**), Valter Raglan Gonçalves Medeiros (Suplente da **UFPB**), José  
12 Etham de Lucena Barbosa (Titular **UEPB**), Alain Marie Passerat de Silans (Titular **ABRH**),  
13 Maria Edelcides de Vasconcelos (Suplente da **ABRH**), José Reynolds Cardoso Melo (Titular da  
14 **ABES**), Jaqueline Pequeno da Silva (Suplente **ABES**), Ulysmar Curvelo Cavalcanti (Titular  
15 **CBH-PB**), Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente **CBH-LS**), Carlos Henrique de A.  
16 Farias (Titular **CBH-LN**), Hermano Oliveira Rolim (Titular **CBH-PPA**). Também estiveram  
17 presentes Joacy Mendes (Diretor Administrativo Financeiro da AESA), Maraci S. Virgolino  
18 (Gerente de Cadastro e Mobilização da AESA), Maria Célia da Nóbrega (Assessora Técnica da  
19 AESA), Lovania Werlang (coordenadora do PROGESTÃO), Tayron Juliano Sousa (bolsista  
20 CNPq/AESA), o Promotor Alcides Leite de Amorim (Ministério Público da Paraíba), Elma Maria  
21 de Araújo Pimentel (representante do CBH-PB), Mirella Leôncio Motta e Costa (representante  
22 do CBH-LN), Maria Suzanete de Oliveira (representante do CBH-PB), (Professores e alunos  
23 do IFPB, do FPB, da UFCG. Após a verificação de quórum às 09h30min, o Sr. João Fernandes  
24 iniciou a reunião convidando o Sr. Alain Marie Passerat de Silans (Titular **ABRH**) para  
25 secretariar a reunião, deu as boas vindas aos presentes, justificou a ausência do Presidente  
26 do CERH, Sr. João Azevedo, que não pode participar da reunião por estar extremamente  
27 envolvido com o 10º Fórum de Governança da Internet (IGF 2015), evento organizado pela  
28 Organização das Nações Unidas – ONU que está acontecendo no Centro de Convenções de  
29 João Pessoa e em seguida leu a Pauta da reunião: 1). Leitura e aprovação da Ata da 35ª  
30 Reunião Ordinária; 2). Prestação de contas dos recursos do Fundo Estadual de Recursos  
31 Hídricos de 2014; 3) Apresentação das Ações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos –  
32 FERH, para 2016; 4) Apresentação da operacionalidade da Cobrança pelo Uso da Água  
33 Bruta; 5) Apresentação da Minuta de Moção para definição da cobrança pelo uso de recursos  
34 hídricos de domínio da União, em áreas circunscritas a unidades estaduais paraibanas de  
35 gerenciamento dos recursos hídricos; 6) Visita solicitada pelos Conselheiros às obras da  
36 transposição do Rio São Francisco; Informes finais e encerramento. Dando prosseguimento à  
37 reunião o Sr. João Fernandes solicitou que o secretário lesse a Ata da 35ª Reunião Ordinária,  
38 quando o Sr. Demilson Lemos de Araújo (Suplente **SEDAP**) falou que era dispensável a  
39 leitura já que a minuta da Ata havia sido enviada a todos os Conselheiros juntamente com o  
40 Convite para a reunião, passando-se, então, para a discussão dos fatos relatados na Ata e  
41 votação de sua aprovação. Não houve contestação e a Ata foi aprovada por unanimidade. A  
42 seguir o Sr. João Fernandes pediu autorização aos Conselheiros para incluir na pauta da

43 reunião a apresentação sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Piancó-Piranhas-Açu,  
44 aproveitando a presença do Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da ANA,  
45 Sr. Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares. Com a aprovação dos Conselheiros o Sr. Sérgio  
46 Rodrigues iniciou a apresentação agradecendo a oportunidade de mostrar, em primeira mão,  
47 o documento final do Plano. Falou que fez apresentações da minuta do Plano em quatro  
48 reuniões públicas que foram realizadas na bacia hidrográfica, sendo duas na Paraíba nas  
49 cidades de Piancó e Pombal e duas no Rio Grande do Norte, nas cidades de Caicó e Assú.  
50 Basicamente o Plano tem três etapas clássicas de elaboração e participação: Diagnóstico (2º  
51 semestre de 2012), Prognóstico (2º semestre de 2013), Plano de Ações e Implementação  
52 (2º semestre de 2015) e o Relatório Técnico e Resumo Executivo (2015). Na etapa do  
53 Prognóstico foram realizadas 11 reuniões (+1) com a Câmara Técnica, 8 reuniões públicas, 3  
54 reuniões com o Comitê e 13 reuniões (+1) com Órgãos Gestores. Na elaboração do Plano no  
55 semiárido foram feitas adaptações metodológicas e avaliadas a importância dos açudes e  
56 trechos perenizados. Também foi feita uma abordagem quantitativa e a importância da  
57 infraestrutura hídrica existente e futura, para garantia da oferta de água, abordagem  
58 qualitativa e a importância do controle da poluição (tratamento de esgotos e reuso) e da  
59 avaliação da capacidade de suporte dos reservatórios, gestão da demanda e a importância  
60 das práticas de uso racional da água e de mudança dos padrões de consumo de água  
61 coerentes com a realidade do semiárido. Foi considerado o período da seca 2012-2015, a  
62 vulnerabilidade da oferta de água (açudes de pequeno porte e captações em trechos  
63 perenizados), a necessidade de aprimoramento da gestão e de fortalecimento institucional  
64 (órgãos gestores, Comitê e demais colegiados). Mantido o foco na gestão por açudes e  
65 trechos perenizados - produção, controle e repartição da água, foram considerados: 1)  
66 Planejamento de infraestrutura: projeção de demandas e plano de obras; 2) Regras de  
67 operações/restrições em eventos críticos; 3) Alocação de água: previsão hidrológica,  
68 planejamento da operação e planejamento de restrições; 4) Regulação e fiscalização de usos  
69 de água: outorgas e controle de usos da água; 5) Monitoramento hidrológico: hidrológico,  
70 hidráulico, reservatório, qualidade da água; 6) Manutenção: equipamentos hidromecânicos,  
71 barragens e estruturas; 7) Operação em campo: equipamentos; 8) Arranjo institucional:  
72 comissão gestora do açude. O Plano de Ações é composto por 3 componentes e 22  
73 programas: Componente 1: Gestão de Recursos Hídricos: envolve o fortalecimento  
74 institucional e a consolidação dos instrumentos de gestão. Tem 8 programas: 1)  
75 Fortalecimento do Comitê de Bacia; 2) Fortalecimento do Arranjo Institucional (grupo técnico  
76 operacional); 3) Alocação de água e apoio à regulação; 4) Monitoramento quali-quantitativo  
77 e batimetria; 5) Fomento ao uso racional dos recursos hídricos; 6) Segurança de barragens;  
78 7) Articulação e integração de Políticas; 8) Acompanhamento e atualização do Plano - custo  
79 de R\$ 58,15 milhões - (44%); Componente 2: Estudos de Apoio para Gestão de Recursos  
80 Hídricos: visa a ampliação do conhecimento em recursos hídricos como subsídio para sua  
81 gestão. Tem 7 programas: 1) Sistema de suporte a decisão; 2) Capacidade de suporte de  
82 reservatórios; 3) Mudanças climáticas; 4) Preparação para as secas; 5) Perdas em trânsito;  
83 6) Águas subterrâneas; 7) Gestão de áreas de inundação. Esses programas visam ao  
84 aprimoramento da informação, lacunas de conhecimento e planos de contingência e  
85 otimização do uso da água do Projeto de Integração do rio São Francisco – custo de R\$

86 14,85 milhões (11%); Componente 3: Estudos e Projetos de apoio aos investimentos de  
87 Oferta de Água e de Controle de Poluição: subsídios às intervenções necessárias ao  
88 incremento da oferta hídrica, à recuperação ou adequação da infraestrutura hídrica existente  
89 e à melhoria da qualidade da água. Tem 7 programas: 1) Estudos de novos açudes; 2)  
90 Estudos para oferta integrada de água; 3) Estudos para abastecimento de água; 4) Estudos  
91 para água e esgoto na zona rural; 5) Estudos para recuperação e adequação de barragens,  
92 canais e perímetros irrigados; 6) Estudos para coleta e tratamento de esgotos urbanos; 7)  
93 Programa baixo – Açú. Esses programas visam estudos e projetos para viabilização da  
94 infraestrutura hídrica estratégica – custo de R\$ 60,80 milhões (45%). O custo total do Plano  
95 de Ações é de R\$ 133,80 milhões. Algumas consequências regulatórias e atos normativos:  
96 Deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica nº 18/2014 - Regulamenta a criação de  
97 Comissões de Açudes\_na Bacia Piancó-Piranhas-Açu e dá outras providências; Resoluções  
98 Conjuntas ANA/AESA/IGARN: 1) Institui o Grupo Técnico Operacional da bacia do Piancó-  
99 Piranhas-Açu; 2) Dispõe sobre vazões, critérios e procedimentos para outorga de direito de  
100 uso dos recursos hídricos na bacia Piancó-Piranhas-Açu - gestão da oferta e da demanda; 3)  
101 Estabelece diretrizes para novo marco regulatório para o Sistema Curema - Armando Ribeiro  
102 Gonçalves. Também está sendo estudada a instalação de um escritório na bacia para apoio  
103 técnico e operacional, com a justificativa de demanda de serviço especializado, como por  
104 exemplo: identificação e cadastro de usuários; campanhas específicas de monitoramento  
105 hidrológico; inspeção e identificação de obstruções; acompanhamento e apoio na negociação  
106 de alocação de água nos reservatórios estratégicos; inspeção de usuários de água  
107 previamente identificados; apoio em campo à operação dos açudes em articulação com o  
108 DNOCS; acompanhamento e registro do histórico dos serviços de manutenção em estruturas  
109 hidráulicas dos açudes em articulação com o DNOCS; serviço de assessoramento ao irrigante  
110 para racionalização do uso da água; estudos específicos (reuso, perdas em trânsito,  
111 avaliação da capacidade de produção e adequação das captações) e a ampliação da  
112 capacidade de atuação de regulação da ANA na bacia. Em Projetos e Estudos Estratégicos  
113 foram considerados: a 3ª Entrada do PISF na Paraíba, do Eixo Norte para o açude Condado,  
114 no município de Conceição (Bacia do Piancó); a Barragem Oiticica e açudes de médio porte;  
115 Adutoras regionais: Sistema Adutor Regional do Piancó e Sistema Adutor Regional do Seridó.  
116 Próximas etapas: Consolidação das contribuições das Reuniões Públicas realizadas na Bacia  
117 entre 19 e 22 de outubro de 2015 (Piancó/PB, Pombal/PB, Caicó/RN e Assú/RN);  
118 Encaminhamento da versão final do Resumo Executivo pelos órgãos gestores (ANA, IGARN-  
119 RN e AESA-PB) ao Comitê do Piancó-Piranhas-Açu; Avaliação técnica pela CTPI (Câmara  
120 Técnica de Planejamento Institucional) e envio para deliberação do Comitê; Plenária do CBH  
121 Piancó-Piranhas-Açu para apreciação do Plano. Terminada a apresentação o senhor Sérgio  
122 Rodrigues se colocou a disposição do público presente, para dirimir as dúvidas. Os  
123 Conselheiros: José Etham de Lucena Barbosa (titular da UEPB), Laudízio da Silva Diniz  
124 (suplente da CAGEPA), José Marinho de Lima (titular da EMATER) e Maria de Lourdes B. de  
125 Sousa (titular da DNOCS) parabenizaram o senhor Sérgio Rodrigues pelo trabalho realizado.  
126 O Promotor Alcides Leite de Amorim (Ministério Público da Paraíba) também elogiou o  
127 trabalho realizado. Dando continuidade à reunião o secretário da reunião senhor Alain de  
128 Silans comunicou as alterações dos membros do Conselho e deu posse aos mesmos. Houve

129 alteração na EMATER, passando o senhor José Marinho de Lima a ser conselheiro titular e o  
130 senhor Alexandre Alfredo Soares da Silva a ser conselheiro suplente e na ABRH, passando o  
131 senhor José Reynolds Cardoso de Melo a ser conselheiro titular e a senhora Jaqueline  
132 Pequeno da Silva a ser conselheira suplente. A seguir foi feita a apresentação da Prestação  
133 de Contas dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH, do exercício 2014:  
134 foi apresentada uma planilha com os demonstrativos financeiros (Anexo I), mostrando a  
135 Receita recebida em 2014, no valor de R\$ 119.000,00, as Despesas realizadas que  
136 totalizaram R\$ 108.141,90 e o saldo de R\$ R\$ 10.858,10, valor repassado para 2015. A  
137 Prestação de Contas já havia sido apresentada a Câmara Técnica, que emitiu Parecer  
138 favorável (Anexo III) e enviada antecipadamente aos membros do Conselho, não houve  
139 contestação e a Prestação de Contas foi aprovada. Passou-se, então, para a Apresentação  
140 do Plano Anual de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos para 2016 (Anexo II),  
141 que também já havia sido apresentado a Câmara Técnica (Anexo III), e enviado  
142 antecipadamente aos Conselheiros e Suplentes. Foi feita uma apresentação detalhada dos  
143 investimentos para o desenvolvimento dos programas previstos para 2016. O valor global  
144 previsto é de R\$ 871.020,00, porém é uma Proposta Orçamentária apresentada para análise  
145 e está passível de aprovação. O Sr. João Fernandes apresentou o Parecer emitido pela  
146 Câmara Técnica e informou que conforme a Resolução nº 14/2012, o Plano foi apresentado  
147 aos membros da Câmara Técnica de Acompanhamento e Avaliação das Ações do FERH, para  
148 análise e emissão de Parecer. O Plano foi aprovado pela Câmara Técnica conforme Parecer  
149 elaborado pelos representantes: Guarany Marques Viana - titular da SEIRMACT, Edmundo  
150 Coelho Barbosa - titular do SINDALCOOL, Ulysmar Curvelo Cavalcanti - titular do CBH-PB e  
151 José Reynolds Cardoso de Melo - suplente da ABES, com a recomendação de que no final do  
152 ano o relatório dos recursos utilizados no ano de 2015 fosse encaminhado a Câmara Técnica  
153 e de que o Plano para 2016 fosse submetido à aprovação do CERH. O senhor Alain Marie  
154 Passerat de Silans, titular da ABRH falou que não foi mencionado “qual a fonte da receita”,  
155 pois o Fundo Estadual de Recursos Hídricos tem várias fontes de receita conforme o Art. 5º  
156 do Decreto Estadual Nº 18.823, de 02/04/1997, e não apenas parte da arrecadação relativa  
157 à compensação financeira que o Estado receber pela exploração de recursos minerais. Falou  
158 também que no Parecer da Câmara Técnica deveria ser mencionado: “na previsão de  
159 receita, não estão incluídas as receitas oriundas da cobrança pelo uso da água bruta, as  
160 quais deverão ser objeto de um plano de aplicação específico a ser estabelecido  
161 urgentemente em colaboração com os Comitês das Bacias onde os recursos foram  
162 arrecadados”. A Conselheira Silene Lima Dourado Ximenes Santos (Suplente CBH-LS) falou  
163 que de acordo com o Art. 6º do Decreto nº 25.764, de 30/03/2005, a apresentação do Plano  
164 deveria ser feita pela Câmara Técnica. Os Conselheiros Demilson Lemos de Araújo (Suplente  
165 da SEDAP), Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular do DNOCS), Alain de Silans (Titular da  
166 ABRH), Laudízio da Silva Diniz (Suplente da CAGEPA) e José Marinho de Lima (Titular da  
167 EMATER) falaram que aprovam o Plano com ressalva, pois o Parecer deverá ser melhorado,  
168 constando que os recursos da Cobrança não estão incluídos na receita. A Conselheira Maria  
169 Edelcides de Vasconcelos (Suplente da ABRH) falou que é muito estranho se aprovar um  
170 valor que fica muito aquém na execução. O Plano foi aprovado pelo CERH. Dando  
171 prosseguimento à reunião o senhor João Fernandes fez a apresentação de uma Minuta de

172 Moção para definição da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da união em  
173 áreas circunscritas a unidades estaduais paraibanas de gerenciamento de recursos hídricos.  
174 O senhor João Fernandes explicou que a cobrança será realizada na bacia do rio Piancó  
175 Piranhas-Açu e em uma parte do Boqueirão. O Conselheiro Hermano Oliveira Rolim (Titular  
176 do CBH\_PPA) falou que a cobrança será feita pelo Comitê, segundo o Plano do Comitê do  
177 PPA. O Conselheiro Alain de Silans (Titular da ABRH) esclareceu que o Comitê pode deliberar  
178 sobre a cobrança, porém não pode cobrar. O Conselheiro Laudízio da Silva Diniz (Suplente  
179 da CAGEPA) aprovou a Moção e falou que não existe Bacia Estadual Federalizada, a Bacia é  
180 Estadual ou Federal. A Conselheira Maria de Lourdes B. de Sousa (Titular do DNOCS) falou  
181 que a Minuta da Moção deveria ser apresentada ao Fórum dos Comitês antes de ser enviada  
182 ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, então o Conselheiro Alain de Silans  
183 (Titular da ABRH) esclareceu que já existe um Decreto Estadual (Nº 33.613, de 14/12/2012)  
184 que regulamenta a cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado da Paraíba. Esse  
185 Decreto estabelece a cobrança nas bacias hidrográficas dos Comitês do Litoral Sul, do Litoral  
186 Norte, do rio Paraíba e nas bacias sem comitês constituídos. Quando o Decreto foi feito não  
187 existia o Comitê da Bacia Hidrográfica Piancó Piranhas-Açu – CBH-PPA, porém o Decreto  
188 permite a cobrança. Os Conselheiros Demilson Lemos de Araújo (Suplente SEDAP) e  
189 Jaqueline Pequeno da Silva (Suplente ABES) falaram que a Moção está clara e deveria ser  
190 aprovada. A Moção foi aprovada por unanimidade. A seguir a senhora Maria Betânia S. dos  
191 Santos, gerente de Cobrança da AESA, apresentou a Operacionalidade da Cobrança pelo uso  
192 da Água Bruta, prevista na Lei nº 6.308, de 02/07/1996, regulamenta pelo Decreto Estadual  
193 nº 33.613/2012. Esclareceu sobre os tipos de usos que estão sujeitos a cobrança e  
194 apresentou planilha com os valores a serem cobrados por m<sup>3</sup> utilizado, para cada tipo de uso  
195 de água bruta. Apresentou a planilha cálculo das outorgas válidas em julho/15, com os tipos  
196 de usos e os valores correspondentes, que serviu como base para a implementação da  
197 cobrança no Estado. A seguir foram apresentados gráficos dos totais arrecadados por bacia  
198 hidrográfica, nos quatro primeiros meses de cobrança. Passou-se para os Informes e  
199 encerramento, o Sr. João Fernandes atualizou o andamento de alguns projetos que  
200 envolvem a AESA: 1) O Governo do Estado através da Secretaria da Infraestruturura, dos  
201 Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT está em  
202 negociação com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD  
203 (Banco Mundial) e o Banco Europeu de Investimento – BEI, para financiamento do Projeto  
204 de Segurança Hídrica da Paraíba, que passa pela reestruturação da AESA. 2) O  
205 financiamento da atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH está em  
206 andamento, o Projeto já foi cadastrado no SICONV e está aguardando a liberação dos  
207 recursos. 3) O Governo do Estado através da Secretaria da Infraestruturura, dos Recursos  
208 Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia – SEIRHMACT está em negociação  
209 com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD (Banco  
210 Mundial) está em negociação para o financiamento do Projeto do Sistema  
211 AGROHIDROCLIMÁTICO. 5) Visita as obras da Transposição – o senhor João Fernandes  
212 explicou que não foi possível a realização da visita nesse ano, devido à crise financeira,  
213 porém fará o possível para que a visita as obras seja realizada em fevereiro de 2016.  
214 Esgotado o debate entre os Conselheiros, o Secretário Executivo do CERH agradeceu a

215 presença de todos e declarou encerrada a 36ª Reunião Ordinária da CERH. Esta Ata foi  
216 lavrada por mim, Maria Itaci Costa Leal e segue para a assinatura de todos os Conselheiros  
217 presentes à Reunião.

<b>João Azevedo Lins Filho</b> Presidente do CERH	<b>João Fernandes da Silva</b> Secretário Executivo do CERH
<b>Tárcio Handel Pessoa</b> Titular SEPLAG	<b>Ricardo Lavor Cavalcanti</b> Suplente SEPLAG
<b>Rômulo Araújo Montenegro</b> Titular SEDAP	<b>Demilson Lemos de Araújo</b> Suplente SEDAP
Titular SEIE	Suplente SEIE
<b>Geraldo Moreira de Araújo</b> Titular SES	<b>Emanoel Lira</b> Suplente SES
<b>Porfírio Catão Cartaxo Loureiro</b> Titular AESA	<b>Andrea Lira Cartaxo</b> Suplente AESA
<b>Joel Paulo de Carvalho Neto</b> Titular SUDEMA	<b>Clayriston Sousa Alves</b> Suplente SUDEMA
<b>Márcio Fernando Ducat</b> Titular AGEVISA	<b>Oswaldo José Guerra Guimarães</b> Suplente AGEVISA
<b>José Marinho de Lima</b> Titular EMATER	<b>Alexandre Alfredo Soares da Silva</b> Suplente EMATER
Titular CDRM	Suplente CDRM
<b>Maria de Lourdes B. de Sousa</b> Titular DNOCS	<b>Danilo Augusto Santos de Sousa</b> Suplente DNOCS

<b>Ronilson José da Paz</b> Titular IBAMA	<b>Rodrigo Dutra Escarião</b> Suplente IBAMA
<b>João Bosco Vieira Marinho</b> Titular FAMUP	<b>Anderson Pereira Urtiga</b> Suplente FAMUP
<b>Leonardo Leite Brasil Montenegro</b> Titular CAGEPA	<b>Laudízio da Silva Diniz</b> Suplente CAGEPA
<b>Wagner Antônio A. Breckenfeld</b> Titular FIEP/SINDUSCON	<b>Raimundo Gilson Vieira Frade</b> Suplente FIEP/SINDUSCON
<b>Mário Antônio Pereira Borba</b> Titular FAEPA	<b>Domingo Lelis Filho</b> Suplente FAEPA
<b>José Inácio de Moraes Andrade</b> Titular ASPLAN	<b>Pedro Jorge Coutinho Guerra</b> Suplente ASPLAN
<b>Edmundo Coelho Barbosa</b> Titular SINDALCOOL	<b>José Verçosa Júnior</b> Suplente SINDALCOOL
<b>Laudelino de Araújo Pedrosa Filho</b> Titular UFPB	<b>Valter Raglan Gonçalves Medeiros</b> Suplente UFPB
<b>Janiro Costa Rego</b> Titular UFCG	<b>José Dantas Neto</b> Suplente UFCG
<b>José Etham de Lucena Barbosa</b> Titular UEPB	<b>Beatriz Susana Ovruski de Ceballos</b> Suplente UEPB
<b>Alain Marie Passerat de Silans</b> Titular ABRH	<b>Maria Edelcides de Vasconcelos</b> Suplente ABRH
<b>José Reynolds Cardoso Melo</b> Titular ABES	<b>Jaqueline Pequeno da Silva</b> Suplente ABES

<b>Ulysmar Curvelo Cavalcanti</b> Titular CBH-PB	<b>Cláudio Brandão Costa</b> Suplente CBH-PB
<b>Edielson Nunes dos Santos</b> Titular CBH-LS	<b>Silene Lima Dourado Ximenes Santos</b> Suplente CBH-LS
<b>Carlos Henrique de A. Farias</b> Titular CBH-LN	<b>João Paulo Neto</b> Suplente CBH-LN
<b>Hermano Oliveira Rolim</b> Titular CBH-PA	<b>Maria de Lourdes Santana dos S. e Araújo</b> Suplente CBH-PA



**ANEXO I**

**Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH  
Ano/2014**

**Quadros Demonstrativos**

<b>Receita</b>	<b>Valor</b>
Parcelas Recebidas	R\$119.000,00
Obs.: devidamente discriminadas em anexo	
<b>Total</b>	<b>R\$119.000,00</b>

<b>Nº de Ordem</b>	<b>Despesas</b>	<b>Valor R\$</b>
1	Diárias	9.720,00
2	Coffe Break/ Buffet	296,00
3	Passagens aéreas	6.045,32
4	Estagiários	24.600,00
5	Material de consumo	14.096,00
6	Locação de veículos	40.986,96
7	Inorpel	8.000,00
8	Consertos e serviços	4.397,62
<b>TOTAL</b>		<b>108.141,90</b>

<b>Legenda</b>	
Receita	R\$ 119.000,00
Despesa	R\$ 108.141,90
Repasse (2014)	R\$ 10.858,10

**ANEXO II**
**RESUMO ORÇAMENTÁRIO DOS PROGRAMAS - 2016**

Tabela 1 – Resumo Orçamentário para o ano de 2016

<b>ESTRUTURA PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS</b>				
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	<b>V.Unitário</b>	<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>
Estagiários (1)	10	mês	888,00	106.560,00
Diárias estaduais	800	ano	80,00	64.000,00
Diárias interestaduais	50	ano	390,00	19.500,00
Passagens aéreas (ida e volta)	40	ano	2.150,00	86.000,00
Hospedagem (Para membros de Comitês)	20	ano	300,00	6.000,00
Locação de veículos	06	mês	1.930,00	138.960,00
Encontro Estadual Comitê de Bacia Hidrográfica da PB				10.000,00
			<b>SUBTOTAL</b>	<b>431.020,00</b>
<b>MATERIAL DE CONSUMO PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS</b>				
<b>DESCRIÇÃO</b>				<b>VALOR TOTAL R\$</b>
Material de consumo				35.000,00
Material Gráfico				15.000,00
				<b>SUBTOTAL</b>
				<b>50.000,00</b>
<b>SERVIÇOS DE TERCEIROS (Pessoa física e/ou jurídica)</b>				
<b>DESCRIÇÃO</b>				<b>VALOR TOTAL R\$</b>
Consultoria				180.000,00
Contratação de laboratório				30.000,00
Levantamento de Campo				30.000,00
Estudos e Projetos				150.000,00
				<b>SUBTOTAL</b>
				<b>390.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>871.020,00</b>

(1) Incluído o valor do seguro de R\$ 100,00 por cada estagiário

## **ANEXO III**

### **PARECER**

Foi solicitado à Câmara Técnica de Acompanhamento e Avaliação das Ações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Paraíba – CTA, a emissão de um parecer a respeito da minuta do Plano Anual de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – 2016.

#### ***Eis o parecer desta Comissão:***

A minuta do Plano Anual de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – 2016 conta com os mesmos programas do que o Plano aprovado por esta Câmara bem como pelo CERH-PB em 2015.

O detalhamento dos programas é praticamente idêntico ao que foi apresentado em 2015.

O resumo orçamentário dos programas 2016 apresenta um valor total de R\$ 871.020,00. No entanto aumentaram-se as despesas para criar a estrutura para o desenvolvimento dos programas, visando atender totalmente o que foi proposto.

Nesta previsão de receita, não estão incluídas as receitas oriundas da cobrança pelo uso da água bruta, as quais deverão ser objeto de um plano de aplicação específico a ser estabelecido urgentemente em colaboração com os Comitês das Bacias onde os recursos foram arrecadados.

Solicita-se também à gerência do Fundo Estadual de Recursos Hídricos que seja encaminhado até o final do ano, um relatório a respeito dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos aplicados no ano de 2015.

Somos favoráveis a aprovação do Plano Anual de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – 2016 apresentado, que será submetido à aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH.

José Reynolds Cardoso Melo  
Representante da ABES  
Entidade Civil

Edmundo Coelho Barbosa  
Representante do SINDALCOOL  
Usuários

Guarany Marques Viana  
Representante da SEIRHMACT  
Poder Público Estadual

Ulysmar Curvelo Cavalcanti  
Representante do CBH – PB  
Comitês de Bacias